



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL
(Direito à Cidade)**

**Condições de deslocamentos e acesso a serviços públicos:
uma revisão sistemática de literatura**

Márcia Maria Cunha¹
Agnaldo de Sousa Barbosa²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo conhecer os elementos presentes nos estudos sobre deslocamento e acesso a serviços públicos no período de 2000 a 2021. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de 29 artigos disponíveis na base de dados SciELO. Os resultados demonstram a prevalência de estudos realizados no Brasil, com destaque nas regiões sudeste e sul do país; instrumento de coleta dados primários (entrevistas) com dados secundários; publicações realizadas em periódicos nacionais; o foco dos estudos está no acesso a serviços de saúde; e os participantes são usuários de serviços de saúde acima de 18 anos.

Palavras-chave: Direito à cidade; Deslocamento; Acesso a serviços públicos; Mobilidade Urbana; Acessibilidade.

Abstract: This work aims to know the elements present in research on desolation and access to public services. The methodology used was a systematic review of 29 articles available in the SciELO database, through the CAPES journal portal. The results Brazil, the prevalence of studies carried out in the country, especially in the southeastern and southern regions of the country instrument for collecting primary data (interviews) with secondary data; publications published in national periodicals; the focus of the studies does not have access to health services; and the participants are health service users over 18 years of age.

Keywords: Right to the city; displacement; Access to public services; Urban mobility; Accessibility.

¹ Assistente Social. Bolsista Capes. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Franca/SP. E-mail: marcia.cunha@unesp.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP de Franca. Livre-Docente em Sociologia pela Unesp. E-mail: agnaldo.barbosa@unesp.br.



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer os elementos presentes nas pesquisas científicas sobre deslocamento e acesso a serviços públicos, através da realização da revisão sistemática de literatura (RSL).

A escolha em realizar uma RSL relacionada ao tema proposto vem, primeiramente, da necessidade da pesquisadora em se aprofundar em estudos que debatem como as condições de deslocamentos podem facilitar ou dificultar o acesso a serviços públicos, por ser esta uma preocupação teórica em seu projeto de doutorado em Serviço Social.

Nesse sentido, a pesquisadora optou por este tipo de estudo considerando que a revisão sistemática oferece condições de conhecer uma grande quantidade de trabalhos sobre um determinado tema, o que contribui para a ampliação do universo informacional, de forma ordenada, tendo como resultado “um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado” (FERNÁNDEZ-RÍOS; BUELA-CASAL, 2009 apud COSTA; ZOLTOWSKI, 2014, p.56).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Deslocamento urbano e acesso a serviços públicos

O processo de expansão urbana das cidades brasileiras criou um cenário em que a informalidade urbana e a segregação socioespacial se faz presente e traz com elas desafios quando trata-se do planejamento e da oferta de serviços públicos, visto que a classe trabalhadora foi empurrada para a periferia onde não havia interesse do setor imobiliário, ficando longe dos centros urbanos o que exigiu mais investimentos públicos para levar infraestrutura, transporte público e equipamentos urbanos a estes locais, o que interferiu diretamente na forma como foi conduzida a mobilidade urbana.

Segundo Vasconcellos (2016, p.57):

O rápido e intenso crescimento urbano que ocorreu no Brasil a partir da década de 1950 foi acompanhado de mudanças profundas no sistema de mobilidade das pessoas. Aumentaram paulatinamente os deslocamentos feitos com veículos motorizados, notadamente utilizando-se de automóveis particulares e ônibus [...]. Além das políticas de mobilidade, decisões sobre o uso e a ocupação do solo urbano foram determinantes para criar ou ampliar a segregação espacial das camadas de renda mais baixa, que aumentaram o isolamento e a dificuldade de ter acesso à cidade, ao trabalho e aos serviços públicos.

No cotidiano do trabalho dos assistentes sociais é comum deparar-se com muitas demandas reprimidas, individuais e coletivas, das famílias pobres urbanas. Estas demandas se apresentam como consequência da forma (e ausência) do nosso planejamento urbano e da reprodução desigual do espaço (CFESS, 2016).



Pode-se citar como demandas a insuficiência ou a inexistência de serviços públicos essenciais e de infraestrutura básica; falta de moradia adequada, saneamento básico e acessibilidade; dificuldade de deslocamento, entre outras.

Diante do contexto da pandemia de Covid-19 decretado em março de 2020 um assunto que tem ganhado espaço no debate público e acadêmico é o direito à mobilidade urbana, ou seja, o direito a ter condições de se deslocar na cidade de forma segura, eficiente e acessível.

A Mobilidade urbana no Brasil passou a ter status de política pública com a Lei 12.587/2012 que tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade (BRASIL, 2012). O acesso universal à cidade envolve a forma como se dá os deslocamentos das pessoas na área urbana, dito isso é importante compreender os elementos que fazem parte desse movimento e que podem facilitar ou dificultar os acessos das pessoas, principalmente aos serviços públicos existentes.

Sobre a mobilidade, ou seja, a capacidade de deslocamento, Vasconcelos (2016) explica que ela é constituída por aspectos individuais e familiares, relacionados às características sociais, e por aspectos externos, relacionados às características econômicas, que juntos criam as condições para que os deslocamentos sejam realizados e que a mobilidade se concretize. Entre os aspectos individuais e sociais, a mobilidade das pessoas é influenciada, sobretudo, por idade, condição física, gênero, escolaridade e renda pessoal ou familiar.

Para Brandt (2017), a mobilidade urbana está diretamente relacionada às possibilidades do cidadão se deslocarem e ter acesso aos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, aos equipamentos urbanos e comunitários, aos serviços públicos e aos demais espaços da cidade.

Segundo o IPEA (2020), o caos na mobilidade urbana nas cidades brasileiras é resultado da combinação entre políticas de uso do solo malsucedidas, circulação priorizada para o transporte individual e oferta de transporte público de baixa qualidade. Isso tudo agravado pela gradativa desvalorização do espaço para os pedestres e ciclistas, tratados como invisíveis.

Ante o exposto, considera-se de extrema relevância discutir e conhecer as condições de deslocamento, visto que o debate sobre esse tema está interligado ao exercício da cidadania e o acesso a oportunidades, uma vez que as condições de mobilidade das pessoas com base nos aspectos individuais, familiares e externos tende a contribuir ou a dificultar o enfrentamento das desigualdades socioespaciais.



2.2 Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho consistiu em uma pesquisa teórica de natureza exploratória, com um referencial bibliográfico sobre as condições de deslocamento e acesso a serviços públicos.

Os objetivos desta revisão sistemática da literatura (RSL) são levantar, organizar e analisar o que existe de produção de conhecimento sobre o tema deslocamento e acesso aos serviços públicos. Ao adaptar a definição de Fink (2005) sobre RSL, Okoli (2019) refere que:

Uma revisão de literatura autônoma rigorosa deve ser sistemática ao seguir uma abordagem metodológica; explícita na explicação dos procedimentos pelos quais foi conduzida; Abrangente em seu escopo ao incluir todo o material relevante; e, portanto, Reprodutível por outros que desejem seguir a mesma abordagem na revisão do tema (OKOLI, 2019, p. 4).

Para Costa e Zoltowski (2014, p. 56) o desenvolvimento de uma RSL de qualidade deve considerar 08 etapas de básicas, sendo elas:

1. delimitação da questão a ser pesquisada;
2. escolha das fontes de dados;
3. eleição das palavras-chave para a busca;
4. busca e armazenamento dos resultados;
5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão;
6. extração dos dados dos artigos selecionados;
7. avaliação dos artigos;
8. síntese e interpretação dos dados (Akobeng, 2005).

A partir da definição do foco da revisão deste estudo voltou-se para artigos que discutem o deslocamento durante percursos realizados para acessar diferentes serviços públicos. Com o foco de estudo delimitado a revisão buscou responder a seguinte pergunta: quais elementos foram encontrados nas pesquisas sobre deslocamento e acesso a serviços públicos?

Em relação às etapas do processo de seleção dos artigos foi realizado busca em 24 de setembro de 2021 por artigos disponíveis na base de dados eletrônica SciELO no portal de periódicos da CAPES durante o período de 2000 a 2021 utilizando os descritores “deslocamento e acesso” e foram encontrados 98 estudos associados aos termos pesquisados, após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave foram excluídos 65 estudos por não se tratar do assunto pesquisado e 12 estudos por serem repetidos, ficando neste primeiro momento 21 estudos para revisão.

Em 15 de outubro de 2021 foi realizado busca com os descritores “acessibilidade e mobilidade urbana” e foram localizados 16 estudos, após a leitura foram excluídos 8 estudos por não tratar do assunto pesquisado, sobrando 8 estudos para revisão, totalizando assim as duas etapas 29 estudos, conforme organizados na tabela 1:



Tabela 1- Relação dos artigos incluídos na RSL com título, ano de publicação e objetivos.

Título	Ano	Objetivos
Assistência ao parto no Município do Rio de Janeiro: perfil das maternidades e o acesso da clientela	2000	Neste trabalho analisou-se a assistência ao parto, caracterizando o perfil das principais maternidades e o deslocamento da clientela, ou seja, o fluxo entre residência e local de nascimento
Desempenho da atenção básica no controle da tuberculose	2009	Analisar o acesso ao tratamento para tuberculose em serviços de saúde vinculados ao Programa Saúde da Família e em ambulatório de referência.
Oferta e utilização de serviços de saúde bucal no Amazonas, Brasil: estudo de caso em população ribeirinha do Município de Coari	2009	Descrever a oferta e utilização de serviços odontológicos em duas comunidades ribeirinhas do Município de Coari, Amazonas, Brasil.
Perfis de mobilidade nas regiões metropolitanas do interior de São Paulo	2010	Analisar perfis multidimensionais de mobilidade domiciliar com base nos dados de um levantamento por amostra domiciliar realizado nas duas regiões metropolitanas do interior do Estado de São Paulo.
Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica	2010	Investiga-se a configuração da oferta e demanda por serviços de média complexidade do Distrito Federal (DF) e municípios de Goiás próximos à Brasília - entorno.
Utilização de consulta médica e hipertensão arterial sistêmica nas áreas urbanas e rurais do Brasil, segundo dados da PNAD 2008	2011	Estimar a proporção de consulta ao médico nos últimos 12 meses dos indivíduos que referiram ou não hipertensão arterial sistêmica (HAS), residentes em área urbana e rural, e analisar os padrões de utilização de consulta e associações.
Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência	2011	Analisar as dificuldades de acessibilidade aos serviços de saúde vividas por pessoas com deficiência.
Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil	2012	Identificar os fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR.
Mortalidade infantil e acesso geográfico ao parto nos municípios brasileiros	2012	Analisar o acesso geográfico ao parto hospitalar nos municípios brasileiros.
Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga, MG	2013	Discutir a acessibilidade do idoso ao centro da cidade de Caratinga, localizada no Estado de Minas Gerais
Espaço, iniquidade e transporte público: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN por meio de indicadores de sustentabilidade	2014	Analisar as condições de acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN e verificar em que medida o acesso a serviços e equipamentos urbanos é facilitado ou dificultado em virtude da localização da população e do seu poder aquisitivo.
Análise da acessibilidade a hospitais: Estudo de caso para as cidades de São Carlos (SP) e Rio Claro (SP)	2015	Análise comparativa entre a acessibilidade, segundo as faixas de rendimento médio do setor censitário, para verificar se realmente a parcela da população que mais necessita e utiliza desse serviço possui níveis de acessibilidade compatíveis
Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico	2016	Contribuir para o debate sobre a eficácia social de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em cidades de pequena dimensão populacional e territorial, mediante análise dos conjuntos habitacionais implantados na cidade de Viçosa-MG
Acesso de idosos às unidades de atenção primária à saúde	2017	Avaliar a acessibilidade para idosos às Unidades de Atenção Primária de zonas urbanas e rurais
Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde	2018	Os determinantes no deslocamento de estrangeiros nas fronteiras e os entraves existentes para a sua efetivação.
Acesso e itinerário terapêutico aos serviços de saúde nos casos de óbitos por câncer de boca	2018	Descrever o itinerário terapêutico percorrido pelos indivíduos que foram a óbito por câncer de boca, num município do Nordeste do Brasil, mensurando as distâncias e o tempo médio gasto na busca pelos serviços de diagnóstico e tratamento.
Acesso ao diagnóstico da	2018	Avaliar o acesso ao diagnóstico de tuberculose, na perspectiva



Título	Ano	Objetivos
tuberculose em município brasileiro de médio porte		dos doentes.
Distância até as academias ao ar livre, uso das estruturas e atividade física em adultos	2018	Analisar a associação entre a distância da residência até as academias ao ar livre com o uso destas estruturas e a prática de atividades físicas em adultos de Curitiba, Brasil.
Espraiamento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho	2019	Mensurar a acessibilidade ao mercado de trabalho de distintas áreas da cidade do Rio de Janeiro para entender qual seria a influência da localização e da infraestrutura de transporte disponível.
Universidades e deficiência: "A estratégia básica é perseverança"	2019	Compreender as condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência em duas universidades de Bucaramanga, considerando as políticas institucionais, o processo de treinamento e as experiências dos alunos.
Acesso aos cuidados de saúde mental em El Salvador: um estudo de caso de progresso em direção à descentralização	2019	Avaliar a necessidade de descentralização dos serviços psiquiátricos em El Salvador
Estudo de análise de rede do fluxo de pacientes de câncer de mama no Brasil entre 2014 e 2016	2019	Analisar o fluxo de pacientes oncológicos de mama que são atendidos fora de seu domicílio de residência
Acesso aos serviços de saúde por pacientes com suspeita de dengue na cidade do Rio de Janeiro, Brasil	2019	Verificar o padrão de deslocamento dos residentes da zona norte do Rio de Janeiro, área com grande vulnerabilidade social, em busca de acesso aos serviços de saúde, quando com suspeita de dengue.
Falta de acesso e trajetória de utilização de serviços de saúde por idosos brasileiros	2020	Avaliar o acesso aos serviços de saúde por meio da falta de acesso e da descrição da trajetória do uso em internação, pronto-socorro e consulta médica
Características do ambiente no entorno de escolas, distância da residência e deslocamento ativo em adolescentes de Curitiba, Brasil	2020	Analisar a associação entre as características do ambiente no entorno da escola, a distância da residência e o deslocamento ativo de adolescentes de Curitiba, Brasil.
Acesso em saúde bucal no Brasil: análise das iniquidades e não acesso na perspectiva do usuário, segundo o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, 2014 e 2018	2021	Investigar os fatores associados ao não acesso em saúde bucal no Brasil.
O papel de mediação da densidade residencial na associação entre fatores ambientais percebidos e deslocamento ativo à escola em adolescentes brasileiros	2021	Verificar se a densidade residencial e a conectividade entre ruas são mediadores da associação entre fatores ambientais percebidos e deslocamento ativo casa-escola (DAE) em adolescentes brasileiros.
Acessibilidade ao ambiente físico em academias de ginástica para pessoas com deficiência física: uma revisão integrativa	2021	Examinar os resultados e as relações entre variáveis de metodologias e propostas previamente realizadas 1
Resiliência urbana e serviços sociais de interesse geral: quem perde acessibilidade aos sistemas de saúde durante as crises?	2021	Equacionar as noções de crise e de resiliência, assim como conferir importância às redes de SeSIG (onde se enquadra o papel dos sistemas de cuidados de saúde) no reforço da capacidade de resiliência das comunidades expostas a disrupções de origem ambiental, socioeconômica ou político-social.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Os resultados foram sistematizados e apresentados por meio de gráficos, tabelas e nuvem de palavras e, posteriormente, analisados com base nas considerações de Gil (1999) quando pontua que a etapa de análise busca organizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.

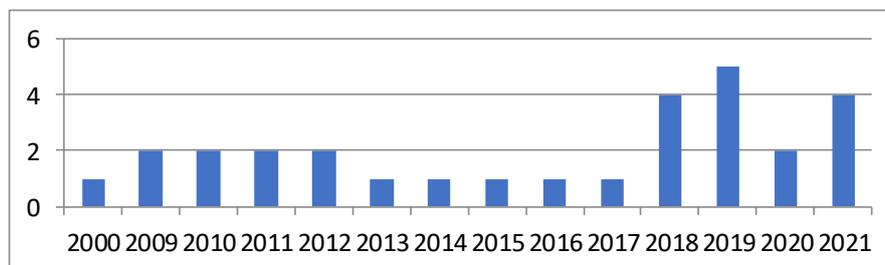
3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

3.1 Análise e discussão dos dados

Após a análise dos 29 estudos incluídos na RSL verificou-se que os estudos são majoritariamente nacionais, sendo 25 trabalhos, ou seja, 86% realizados no Brasil. As demais pesquisas foram realizadas em El Salvador (1), Colômbia (1), Estados Unidos, Canadá e Portugal (1) e Portugal (1).

Em relação ao ano de publicação, a figura 1 apresenta a incidência dos trabalhos durante o período analisado (2000 a 2021), sendo possível constatar que o aumento de produção ocorreu nos anos de 2018 e 2019.

Figura 1- Nº de publicações por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os artigos estão relacionados a diferentes periódicos distribuídos em 24 revistas brasileiras e 04 revistas de outros países da América Latina, sendo 03 da Colômbia, 01 do México e 01 do Chile. A revista com maior número de artigos (5) é a Cadernos de Saúde Pública³, fator de impacto 1,632 (2021-2022), seguida pela Revista Ciência e Saúde Coletiva⁴ (4) com fator de impacto 1,336 (2021-2022).

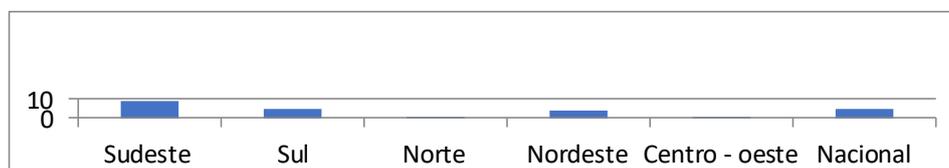
³“A revista destina-se à publicação de artigos científicos voltados para a produção de conhecimento no campo da Saúde Coletiva. CSP também tem como objetivo fomentar a reflexão crítica e o debate sobre temas da atualidade relacionados às políticas públicas e aos fatores que repercutem nas condições de vida e no cuidado de saúde das populações” (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021).

⁴“Editada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva/Abrasco, a Revista Ciência & Saúde Coletiva – criada ao final de 1996 - é um espaço científico para discussões, debates, apresentação de pesquisas, exposição de novas ideias e de controvérsias sobre a área” (ABRASCO, 2021).



Referente à região do país onde foram realizados os 25 estudos, os dados evidenciam a predominância da região sudeste com 09 trabalhos, na sequência a região Sul com 05 trabalhos e os estudos realizados em âmbito nacional com o mesmo número (5):

Figura 2- Região do país onde foi realizado o estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Esses dados reproduzem a realidade que existe no país em relação ao número de publicações. Segundo dados organizados pelo Projeto Métricas (2020) as universidades brasileiras com melhor desempenho e que formam a base do sistema de pesquisa no Brasil, ocupando constantemente um lugar entre as 500 melhores do mundo em diferentes rankings, estão localizadas na região sudeste e sul, sendo elas: USP, Unicamp, Unesp, UFRJ, UFMG, Unifesp e UFRS.

Em relação aos instrumentos utilizados de coleta de dados, 18 estudos utilizaram a combinação de dados primários, por meio de entrevistas com aplicação de questionários, e dados secundários. A entrevista é um instrumento importante para levantar dados qualitativos, pois ela “aprofunda as informações coletadas em outros trabalhos de campo no ambiente em análise, coletando dados que ficam ocultos [...]” (RHEINGANTZ, et al., 2009, p.71).

Os outros 10 estudos utilizaram dados secundários mediante o acesso a dados já existentes, como por exemplo informações de PNAD, IBGE, etc. E houve 01 estudo que utilizou dados primários através de fotos, trenas, visitas in loco para avaliação.

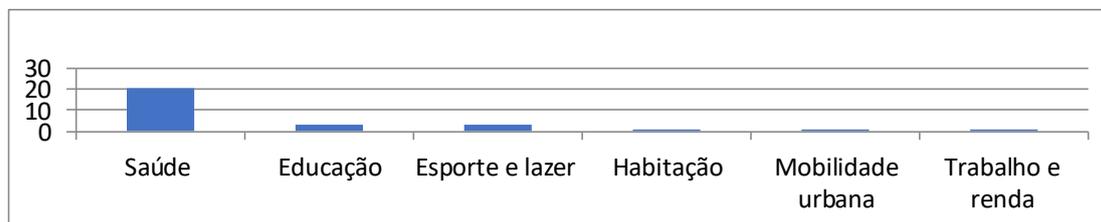
Com relação ao foco dos estudos analisados, os dados apresentam que a maioria dos trabalhos (24 artigos) discutem o acesso a diferentes serviços públicos de forma ampla, analisando elementos como tempo e custo de deslocamento, demanda e oferta de serviços, tipo de transporte utilizado, fatores individuais e ambientais, fluxos, localização da residência, segregação socioespacial.

Os demais artigos (05) estão voltados para a avaliação das condições de acessibilidade física de serviços de saúde, universidade e academia ao ar livre para pessoas com deficiência e centro da cidade e atendimento na atenção primária à saúde para idosos, analisando elementos como acessibilidade em vias públicas, prédios, calçadas, rampas e sanitários adaptados.



Por se tratar de trabalhos sobre deslocamento e acesso a serviços públicos verificou-se que cada um dos estudos abordou uma política pública como parte do objeto de estudo, conforme demonstrado na figura 3:

Figura 3 – Política pública abordada



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os estudos voltados para a área da saúde estão presentes na maioria dos artigos (20), ou seja, em 68,9%. Apesar de haver artigos que abordam outras políticas públicas, a quantidade é evidentemente menor.

Diante desses dados, é fundamental discutir o valor e o significado que a área da saúde possui nas produções científicas no Brasil. De acordo com o estudo da CGEE (2021), a Saúde Pública ocupa o 6º lugar entre os 10 maiores *clusters* da rede da produção científica brasileira, segundo o número de artigos durante os anos de 2015 a 2020, com 10,336 artigos. O mesmo estudo considera que:

[...] o setor da saúde é dotado de particularidades que decorrem de sua aproximação com as demandas básicas da sociedade, que o condicionam à identificação de temáticas prioritárias à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à consequente necessidade de estruturação e incorporação dos novos conhecimentos e de novas tecnologias ao SUS. Não por menos, a Constituição Federal inclui, como atribuições do SUS, o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico em sua área de abrangência. Além disso, a Lei nº 9.639/1998 (BRASIL, 1998), alterada pela Medida Provisória nº 2.143/2001 (BRASIL, 2001), determina que a área de ciência e tecnologia faz parte das competências do Ministério da Saúde (MS). Portanto, a ciência, tecnologia e inovação tornaram-se fundamentais ao desenvolvimento e melhoria na Saúde Pública do cidadão brasileiro (CGEE, 2021, p. 95).

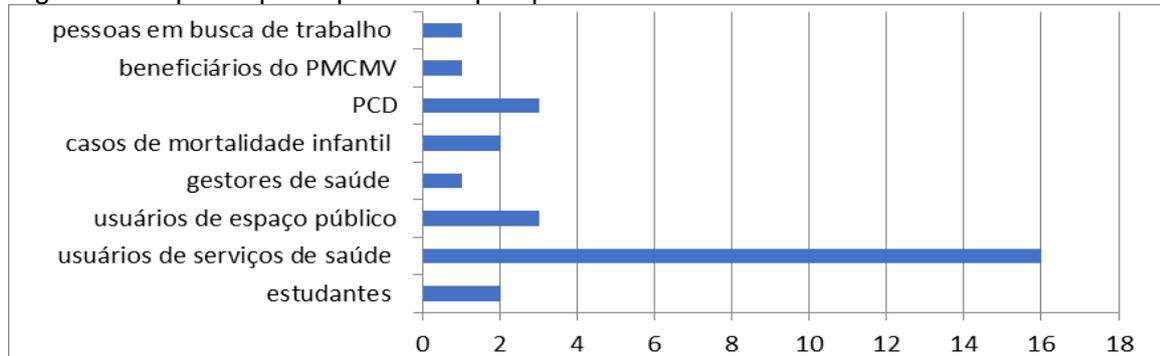
É importante ressaltar que nesta revisão não foi localizado trabalhos que discutem o acesso a serviços públicos importantes como os relacionados a políticas públicas de assistência social, previdência social, transporte público, cultura, segurança pública e sóciojurídico.

Outro dado analisado nesta revisão diz respeito aos participantes da pesquisa, ou seja, àqueles que ocupam o lugar de maior relevância nos estudos por serem eles os usuários a quem as políticas públicas analisadas se destinam, e a quem a pesquisa se propõe conhecer a realidade e nela poder intervir, através da produção do conhecimento, na busca da melhoria na qualidade de vida. Isto posto, nas próximas figuras serão



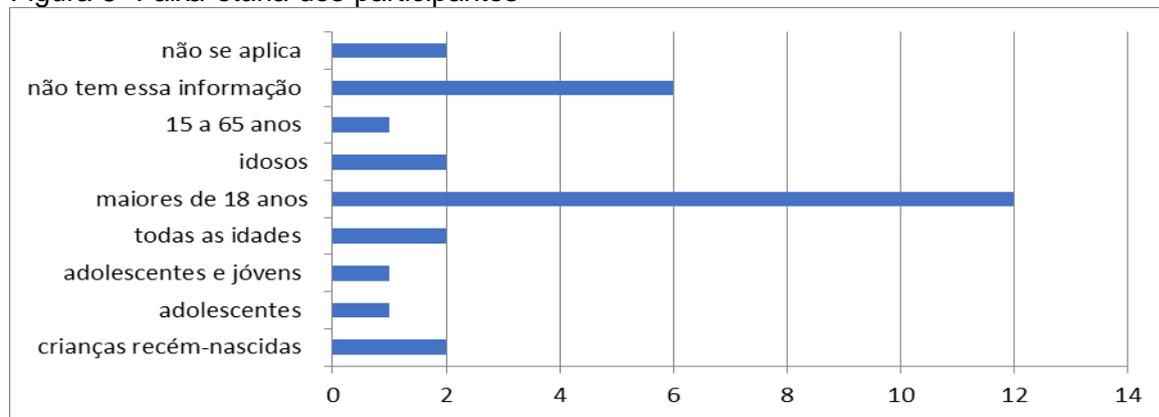
apresentadas as características dos grupos que os participantes estão ligados e as informações sobre a faixa etária:

Figura 4-Grupo de participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 5- Faixa etária dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quando se analisa os dados das figuras 4 e 5 percebe-se o número ínfimo de estudos voltados para grupos considerados como mais vulneráveis, sendo estes o público prioritário da Proteção Social Especial (PSE) da Política de Assistência Social⁵ como as Pessoas com Deficiência, com somente 3 artigos; idosos, crianças e adolescentes, com apenas 2 artigos cada. Grupos constituídos por mulheres e população LGBTQIA+ não aparecem nos resultados da revisão.

Para finalizar esta seção será apresentado a nuvem de palavras gerada a partir dos termos presentes nas “palavras-chave” de cada artigo analisado. Esta técnica possibilita

⁵ A PSE está voltada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por violação dos direitos humanos, a exemplo da ocorrência de violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, prática de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, entre outras, a exemplo da precarização dos cuidados familiares nas situações de dependência das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência das situações de violência e violação de direitos nominadas acima, tais como: crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias” (MDS,2011, p.18).



adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, e população LGBTQIA+. Esses grupos populacionais em virtude das condições de desproteção social as quais estão mais expostos demandam maior atenção da comunidade científica no que se refere à produção de conhecimentos que possam oferecer ferramentas que contribuam para o planejamento de políticas públicas que busquem a superação destas condições.

Por fim, considera-se que o objetivo estabelecido pela revisão foi alcançado, visto que foi possível conhecer diferentes elementos presentes nas pesquisas publicadas sobre o tema proposto e, partir deles, refletir criticamente a respeito do conhecimento produzido e se apropriar das descobertas, desafios, limites e possibilidades para fundamentar o processo de construção de novos estudos que possam responder a questões contemporâneas e preencher algumas lacunas que foram identificadas.

Referências

AIKES, Solange e Rizzotto, Maria Lucia Frizon. Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. 2018, v. 34, n. 8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00182117>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ALMEIDA, Wanessa da Silva de e Szwarcwald, Célia Landmann Mortalidade infantil e acesso geográfico ao parto nos municípios brasileiros. **Revista de Saúde Pública**. 2012, v. 46, n. 1, p. 68-76. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102012005000003>. Acesso em: 18 mar. 2022

AQUINO, Rodrigo Cesar Abreu de et al. Therapeutic itinerary and access to health services in cases of oral cancer deaths. **Revista CEFAC**. 2018, v. 20, n. 5, p. 595-603. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201820515017>. Accessed 18 march 2022.

AS Universidades brasileiras no mundo em 2020. **Métricas.edu.**, 2020. Disponível em: <https://metricas.usp.br/as-universidades-brasileiras-no-mundo-em-2020/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRANDT, D. B. Mobilidade urbana, transporte e saúde na cidade do Rio de Janeiro. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 439-458, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14950/13268. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CAMPOS, Tatiana Pacheco e Carvalho, Marília Sá. Assistência ao parto no Município do Rio de Janeiro: perfil das maternidades e o acesso da clientela. **Cadernos de Saúde Pública**. 2000, v. 16, n. 2, pp. 411-420. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X200000020001>. Acesso em: 18 mar. 2022.



CARNEIRO, Mariana et al. Espriamento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 45, n. 136, p. 51-70, sept. 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612019000300051&lng=es&nrm=iso. Acessado em: 18 marzo 2022.

CASTRO, Shamyry Sulyvan et al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Revista de Saúde Pública**. 2011, v. 45, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010005000048>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CGEE. **Panorama da ciência brasileira: 2015-2020**. Boletim Anual OCTI, Brasília, v.1, jun. 2021. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

COHEN-CARNEIRO, Flávia et al. Oferta e utilização de serviços de saúde bucal no Amazonas, Brasil: estudo de caso em população ribeirinha do Município de Coari. **Cadernos de Saúde Pública**. 2009, v. 25, n. 8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800019>. Acesso em: 18 mar 2022.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A.P.C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; DE PAULA COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

COSTA, L. P.; Moraes, I.R.D. Espaço, iniquidade e transporte público: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN por meio de indicadores de sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**. 2014, v. 26, n. 2, p. 237-251. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320140203>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DIAS, Arieli Fernandes et al. Mediation role of residential density on the association between perceived environmental factors and active commuting to school in Brazilian adolescents. **Cadernos de Saúde Pública**. 2021, v. 37, n. 5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00067620>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERMINO, Rogério Cesar, Reis, Rodrigo Siqueira e Cassou, Ana Carina Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**. 2012, v. 14, n. 4, p. 377-389. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2012v14n4p377>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FREIRE, Deborah Ellen Wanderley Gomes et al. Acesso em saúde bucal no Brasil: análise das iniquidades e não acesso na perspectiva do usuário, segundo o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, 2014 e 2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. 2021, v. 30, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000300016>. Acesso em: 15 mar. 2022.



FREIRE JÚNIOR, Renato Campos et al. Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga, MG. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. 2013, v. 16, n. 3, pp. 541-558. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232013000300012>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FREITAS, Danielle Amaral de, Souza-Santos, Reinaldo e Wakimoto, Mayumi Duarte. Acesso aos serviços de saúde por pacientes com suspeita de dengue na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2019, v. 24, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.11252017>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GARCIA, Patrícia Baldini de Medeiros; RAIÁ, Archimedes Azevedo. Análise da acessibilidade a hospitais: Estudo de caso para as cidades de São Carlos (SP) e Rio Claro (SP). urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. 2015, v. 7, n. 1, p. 21-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.AO02>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Carlos. Resiliência urbana e serviços sociais de interesse geral: quem perde acessibilidade aos sistemas de saúde durante as crises? **Saúde e Sociedade**. 2021, v. 30, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190867>. Acesso em: 12 mar. 2022.

IPEA. **Mobilidade Urbana e o acesso ao Sistema Único de Saúde para casos suspeitos e graves de Covid-19 nas vinte maiores cidades do Brasil**. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/Nota-T%C3%A9cnica-Mobilidade-e-acesso-ao-SUS.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NICKELS, S.V. et al. Access to mental health care in El Salvador: a case study of progress toward decentralization. **Rev Panam Salud Publica**. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.172>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução de David Wesley Amado Duarte; Revisão técnica e introdução de João Mattar. **eaD em Foco**, 2019. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748/359>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LUNA, Iván Darío Ortega et al. Accesibilidad al entorno físico en instalaciones de acondicionamiento para personas con discapacidad física: una revisión integradora. **Rev. Cienc. Salud**, Bogotá, v. 19, n. 1, p. 53-73, Apr. 2021. Available from: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-72732021000100053&lng=en&nrm=iso. Access on: 18 mar. 2022.

MARANDOLA JR., Eduardo; RAMALHO GUEDES, Gilvan; SILVA, Robson Bonifácio da. Perfis de mobilidade nas regiões metropolitanas do interior de São Paulo. **Pap. poblac**, Toluca, v. 16, n. 66, p. 177-226, 2010. Disponible em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252010000400007&lng=es&nrm=iso. Accedido em: 18 mar. 2022.

MOREIRA, J. P. L.; MORAES, J.R.; LUIZ, R. R. Utilização de consulta médica e hipertensão arterial sistêmica nas áreas urbanas e rurais do Brasil, segundo dados da PNAD 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2011, v. 16, n. 9, p. 3781-3793. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000014>. Acesso em: 12 mar. 2022.



OVIDO-CÁCERES, M. D. P.; HERNÁNDEZ-GUIRAMA, A. Universidad y discapacidad: “La estrategia básica es la perseverancia”. **Revista Colombiana de Educación**, v. 1, n. 79, 2020. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/9618>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PAGLIUCA, L.M.F. e al. Acesso de idosos às unidades de Atenção Primária à Saúde. **REME – Rev Min Enferm.** 2017. V. 21. Disponível em: DOI: 10.5935/1415-2762.20170031. Acesso em: 12 mar. 2022.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia et al. Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica. **Ciência & Saúde Coletiva.** 2010, v. 15, p. 1009-1019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700007>. Acesso em: 18 mar 2022,

QUINTERO, Maria Celeste de Freitas et al. Acesso ao diagnóstico da tuberculose em município brasileiro de médio porte. **Revista de Salud Pública.** 2018, v. 20, n. 1, p. 103-109. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.V20n1.64177>. Acesso em: 18 mar. 2022.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar:** procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

SALDANHA, Raphael de Freitas et al. Estudo de análise de rede do fluxo de pacientes de câncer de mama no Brasil entre 2014 e 2016. **Cadernos de Saúde Pública.** 2019, v. 35, n. 7. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00090918>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, Alexandre Augusto de Paula et al. Características do ambiente no entorno de escolas, distância da residência e deslocamento ativo em adolescentes de Curitiba, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** 2020, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200065>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, Alice Tatiane da et al. DISTANCE TO FITNESS ZONE, USE OF FACILITIES AND PHYSICAL ACTIVITY IN ADULTS. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte.** 2018, v. 24, n. 02, p. 157-161. Available from: <https://doi.org/10.1590/1517-869220182402180439>. Accessed 17 March 2022.

VASCONCELLOS, E. A. Mobilidade cotidiana, segregação urbana e exclusão. In: BALBIN, Renato et. all. (orgs.). **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília: Ipea: ITDP, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9200>. Acessado em: 04 dez. 2021.